

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	6
2.3 - Outras informações relevantes	8

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	9
3.2 - Medições não contábeis	10
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	11
3.4 - Política de destinação dos resultados	12
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	19
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	20
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	21
4.5 - Processos sigilosos relevantes	22
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	23
4.7 - Outras contingências relevantes	24

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	25
--	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	26
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	27
5.3 - Descrição dos controles internos	28
5.4 - Alterações significativas	29
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	30

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	31
6.3 - Breve histórico	32
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	35
6.6 - Outras informações relevantes	36

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	37
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	38
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	39
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	40
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	41
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	42
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	43
7.8 - Políticas socioambientais	44
7.9 - Outras informações relevantes	45

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	46
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	47
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	48

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	49
---	----

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	50
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	51
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	52
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	53
9.2 - Outras informações relevantes	54

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	55
10.2 - Resultado operacional e financeiro	59
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	60
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	61
10.5 - Políticas contábeis críticas	62
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	63
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	64
10.8 - Plano de Negócios	65
10.9 - Outros fatores com influência relevante	66

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	67
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	68

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	69
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	71
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	73
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	74
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	75
12.7/8 - Composição dos comitês	78

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	79
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	80
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	81
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	82
12.13 - Outras informações relevantes	83

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	84
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	86
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	90
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	91
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	92
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	93
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	94
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	95
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	96
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	97
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	98
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	99
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	100
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	101
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	102
13.16 - Outras informações relevantes	103

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	104
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	105
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	106
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	107
14.5 - Outras informações relevantes	108
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	109
15.3 - Distribuição de capital	111
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	112
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	113
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	114
15.7 - Principais operações societárias	115
15.8 - Outras informações relevantes	116
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	117
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	118
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	120
16.4 - Outras informações relevantes	121
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	122
17.2 - Aumentos do capital social	123
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	124
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	125
17.5 - Outras informações relevantes	126
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	127

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	128
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	129
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	130
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	131
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	132
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	133
18.8 - Títulos emitidos no exterior	134
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	135
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	136
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	137
18.12 - Outras informações relevantes	138

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	139
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	140
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	141

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	142
20.2 - Outras informações relevantes	143

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	144
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	145
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	147
21.4 - Outras informações relevantes	148

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Zilmino Jacedir Tartari

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos



DECLARAÇÃO

Eu, **JOÃO SIMIONI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 1012097109 expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob n.º 216.688.760-00, residente e domiciliado na Rua Ari Barroso, nº 47, apto 302, Bairro Sarandi, em Porto Alegre/RS, atual Diretor Presidente da empresa Banrisul Armazéns Gerais S.A., **DECLARO** que revi o formulário de referência, que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts.14 a 19 e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da empresa e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



João Simioni

Diretor-Presidente

Armazenagens – Entrepasto Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Armando Fajardo, 220 – Canoas/RS – CEP 92410-040

Fone/Fax: (0xx51) 3425-7000 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

I:\Bagergs\Secretaria\Secretaria Geral\Declaração\Declarações\Declaração CVM Simioni.doc



DECLARAÇÃO

Eu, **ZILMINO JACEDIR TARTARI**, brasileiro, casado, analista de sistemas de informação, portador da Carteira de Identidade n.º 3010007312, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob n.º 308.612.920-49, residente e domiciliado na Rua Prof. Antônio José Remião, nº 15/43, Bairro Espírito Santo, em Porto Alegre/RS, atual Diretor de Relações com Investidores da empresa Banrisul Armazéns Gerais S.A., **DECLARO** que revi o formulário de referência, que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts.14 a 19 e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da empresa e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



Zilmino Jacedir Tartari

Diretor de Relações com Investidores



DECLARAÇÃO

Eu, **JOÃO SIMIONI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 1012097109 expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob n.º 216.688.760-00, residente e domiciliado na Rua Ari Barroso, n.º 47, apto 302, Bairro Sarandi, em Porto Alegre/RS, atual Diretor Presidente da empresa Banrisul Armazéns Gerais S.A., **DECLARO** que revi o formulário de referência, que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts.14 a 19 e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da empresa e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

João Simioni

Diretor-Presidente



DECLARAÇÃO

Eu, **ZILMINO JACEDIR TARTARI**, brasileiro, casado, analista de sistemas de informação, portador da Carteira de Identidade n.º 3010007312, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob n.º 308.612.920-49, residente e domiciliado na Rua Prof. Antônio José Remião, nº 15/43, Bairro Espírito Santo, em Porto Alegre/RS, atual Diretor de Relações com Investidores da empresa Banrisul Armazéns Gerais S.A., **DECLARO** que revi o formulário de referência, que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts.14 a 19 e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da empresa e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



Zilmino Jacedir Tartari

Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES		
CPF/CNPJ	61.366.936/0011-05		
Período de prestação de serviço	15/03/2011 a 31/03/2016		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Contabeis e Financeiras.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Valor de R\$ 9.134,87 (nove mil, cento e trinta e quatro com oitenta e sete centavos) no exercício anterior.		
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Dario Ramos da Cunha	31/10/2013 a 31/03/2016	134.501.248-97	Av. Mostardeiro, nº 322, 10º andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (051) 32045598, Fax (051) 32045699, e-mail: leonardo.dantas@br.ey.com
Flávio Serpejante Peppe	15/03/2011 a 30/10/2013	125.090.248-76	Av. Mostardeiro, nº 322, 10º andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (051) 32045598, Fax (051) 32045699, e-mail: pedro.iacomelli@br.ey.com

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0022-53		
Período de prestação de serviço	01/04/2016		
Descrição do serviço contratado	SERVIÇO DE AUDITORIA INDEPENDENTE		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Valor de R\$ 56.250,03 (cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três centavos) no exercício anterior.		
Justificativa da substituição	TÉRMINO DO CONTRATO		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Fernando Antônio Rodrigues Alfredo	01/04/2016	142.886.258-74	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 11o Andar Torre A, Vila Sao Francisco, SAO PAULO, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39408223, Fax (11) 39408223, e-mail: falfredo@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Quando da contratação de auditores independentes, adotamos procedimentos para evitar a existência de conflito de interesse no que diz respeito ao relacionamento com o auditor independente. Via de regra, esses procedimentos estão associados ao processo de contratação, o qual é iniciado pela própria área demandante, independentemente da necessidade de processo de licitação. A avaliação da necessidade da contratação e do enquadramento dos serviços prestados nas normas aplicáveis, tais como a Instrução CVM nº 381/2003 e a Resolução nº 3.198/2004 do Banco Central do Brasil, cabem à área jurídica do Banco que, em última instância, emite posição formal acerca da contratação de serviços.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)
Patrimônio Líquido	38.336.275,87	36.072.582,84	34.638.926,58
Ativo Total	49.605.192,49	47.314.780,27	45.257.980,14
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	12.139.415,00	16.650.000,00	16.788.000,00
Resultado Bruto	5.099.055,55	9.441.000,00	9.467.000,00
Resultado Líquido	2.968.777,55	1.880.204,93	3.403.024,75
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	700.000	700.000	700.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	54,766108	51,532261	49,484180
Resultado Básico por Ação	4,241111	2,686007	4,861400
Resultado Diluído por Ação	4,24	2,68	4,86

3.2 - Medições não contábeis

A companhia não divulga quaisquer medições não contábeis.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 que as alterem substancialmente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

a) Regras sobre retenção de lucros:

Nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do resultado apurado em cada exercício é retido 5% (cinco por cento) do lucro líquido que é aplicado na realização de reserva legal, que não excederá de vinte por cento (20%) do capital social; 25% para distribuição como dividendo obrigatório e o restante, se houver saldo, terá a destinação que a Assembléia Geral determinar.

b) Regras sobre distribuição de dividendos:

Nos termos do artigo 29 do Estatuto Social, foi distribuído em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos:

A distribuição de dividendos foi anual, conforme Estatuto Social da Companhia em seu artigo 29, & 1º.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais: Não aplicável à Companhia qualquer tipo de restrição à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2016		Exercício social 31/12/2015		Exercício social 31/12/2014	
Lucro líquido ajustado	2.820.338,86		1.786.194,68		3.232.873,51	
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,000000		25,000000		25,000000	
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000		0,000000		0,000000	
Dividendo distribuído total	705.084,72		446.548,67		808.218,38	
Lucro líquido retido	0,00		0,00		2.424.655,13	
Data da aprovação da retenção	26/04/2017				28/04/2015	

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	705.084,72	23/06/2017	446.548,67	27/06/2016	808.218,38	27/06/2015

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não declaramos dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos três últimos exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2016	10.775.287,57	Índice de Endividamento	0,28000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2016)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		654.369,33	1.378.566,66	0,00	0,00	2.032.935,99
Total			654.369,33	1.378.566,66	0,00	0,00	2.032.935,99
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “3”.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) com relação à Companhia:

A extinção de Contrato de Permissão do Porto Seco (vencimento 24/09/2029) pode afetar de forma adversa e relevante seus negócios e resultados operacionais e financeiros. Poderá ocorrer caso de extinção nos seguintes aspectos: (a) término do prazo de permissão; (b) rescisão amigável ou judicial; (c) caducidade; (d) encampação; e (e) anulação. O Poder Permitente poderá impor multas ou outras penalidades.

b) com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O emissor não possui fator de risco relacionado ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

c) relacionado aos seus acionistas.

O emissor não possui fator de risco relacionado aos seus acionistas.

d) com relação às suas controladas e coligadas

O emissor não possui controladas ou coligadas.

e) a seus fornecedores

O emissor não possui fator de risco relacionado aos seus fornecedores.

f) a seus clientes:

O risco de crédito na Banrisul Armazéns Gerais está relacionado como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas. Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas com informações da Receita Federal, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, retenção das mercadorias.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue:

Os instrumentos financeiros da Companhia não estão sujeitos a alterações de valor em função do risco de mercado.

h) a regulação dos setores em que o emissor atue:

Não aplicável.

i) aos países estrangeiros onde o emissor atue:

Não aplicável.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia entende que os riscos de mercado ao qual está exposta consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes das flutuações dos valores das taxas de juros e cambiais.

Taxas de juros

É definido como a probabilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal variação que a Companhia está sujeita é a taxa de juros de longo prazo (TJLP) de seus financiamentos.

Taxas de câmbio

Definida como a possibilidade de oscilações das taxas de câmbio da moeda estrangeira nos valores que a Companhia tem a receber dos clientes e as oscilações da taxa de câmbio no fluxo de importação e exportação do mercado.

A estrutura do balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de aplicações em operações compromissadas de um dia e com referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 78% do total do passivo de acordo com o balancete da Companhia (dez 2016).

Ativo

CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	31.725
PERMANENTE	17.385
Total	49.110

ANÁLISE DE RISCO DE MERCADO

	Valor	Participação
APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	25.468	51,86%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS		
FINANCEIROS DERIVATIVOS	1.410	2,87%
TOTAL	26.878	54,73%

ANÁLISE DE RISCO DE MERCADO

	Valor	Representatividade
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	10.774	21,94%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.336	78,06%
Total	49.110	

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas e cíveis. Constituimos nossas provisões para contingências com base em opinião de nossos assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa.

Processos Trabalhistas:

Não há reclamações trabalhistas individualmente consideradas relevantes em que a Bagergs seja parte.

Processos Cíveis:

Não há processos cíveis individualmente considerados relevantes em que a Bagergs seja parte.

4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

Provisões para Riscos Trabalhistas	R\$ 871.383,31
Provisões para Riscos Cíveis	R\$ 525.366,51

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na presente data, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais , que estejam sob sigilo, em que a Companhia e nosso controlador sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na presente data, não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou nosso controlador sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na presente data, a Companhia não possui processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a empresa ou nosso controlador sejam parte.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem na Companhia outras contingências relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica, pois a Companhia não possui valores mobiliários custodiados.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Para a Companhia, a gestão dos riscos torna-se fundamental e imprescindível ao processo de seu crescimento, neste contexto, a Companhia implementou a política e gerenciamento de risco. O documento foi aprovado pelo Conselho de Administração em 2015.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A política vigente visa proteger os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

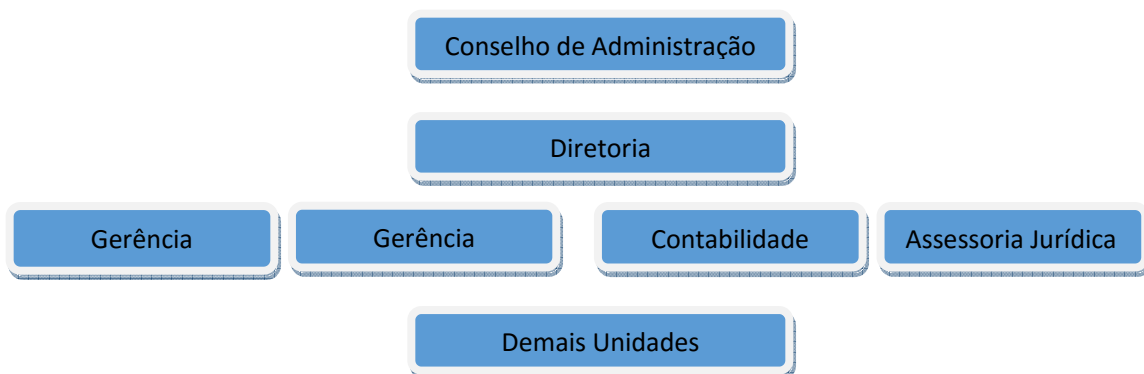
O principal risco que a Companhia está sujeita é o risco de crédito, que está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia entende que, atualmente, não existe necessidade de utilização de nenhum instrumento de proteção para nenhum dos riscos, pois considerou aceitável a sua exposição aos riscos.

A política e os procedimentos de gestão dos riscos da Bagergs estão definidos e comunicados para toda a empresa e, em especial, para os executivos responsáveis pela gestão e controle. Eles estabelecem: o processo de identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos; a análise de crédito por meio de informações históricas dos clientes (internas e externas) que evidenciem intencionalidade e pontualidade, quando disponíveis.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de risco



c. a adequação da estrutura operacional e de controle internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia está adequando a estrutura operacional para a efetivação das políticas adotadas.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Para a Companhia, a gestão dos riscos torna-se fundamental e imprescindível ao processo de seu crescimento, neste contexto, a Companhia implementou a política e gerenciamento de risco. O documento foi aprovado pelo Conselho de Administração em 2015.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia entende que os riscos de mercado ao qual está exposta são as flutuações dos valores das taxas de juros e cambiais.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Para o risco de mercado a Companhia adota medidas de análise e controle das operações sujeitas a variação cambial.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza, até o presente momento, nenhum instrumento de proteção patrimonial (hedge).

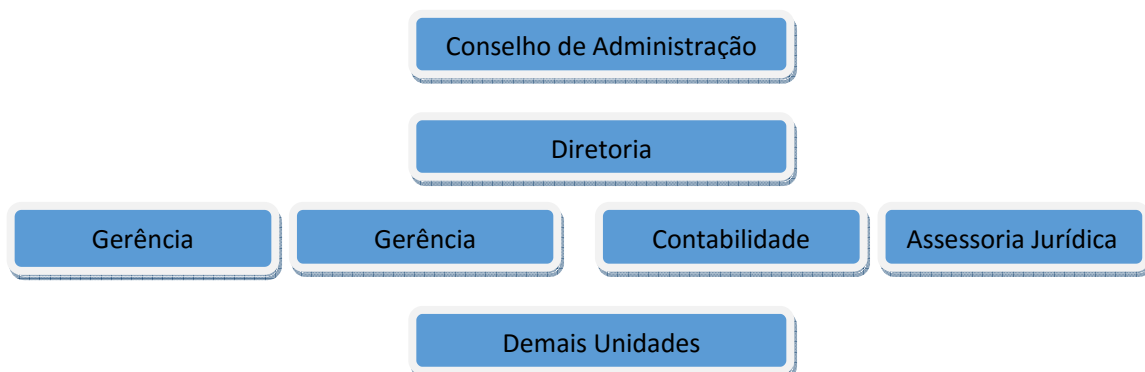
iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

Por considerar aceitável o risco de mercado ao qual a Companhia está sujeita, em 2016 não foram realizados novos parâmetros para o gerenciamento desse risco.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são estes objetivos

A Companhia não utiliza, até o presente momento, nenhum instrumento com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

vi. a estrutura organizacional de gerenciamento de risco



c. a adequação da estrutura operacional e de controle internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia está adequando a estrutura operacional para a efetivação das políticas adotadas.

5.3 - Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A rotina de escrituração contábil prevê o registro de todos os atos e fatos, sistematicamente, conforme estruturação padronizada pelo Plano de Contas. Os lançamentos contábeis possuem campos para contabilização, em observância ao sistema de partidas dobradas. Os balancetes mensais e balanços também são gerados automaticamente pelo sistema de contabilidade. Para o fechamento de balancetes e balanços, a Companhia possui sistema automatizado de verificação da integridade da contabilização dos eventos relacionados aos negócios.

Centraliza também o gerenciamento dos lançamentos de provisões para pagamento de participação dos empregados no resultado, provisões trabalhistas e cíveis, depreciação de imobilizado, bem como gestão do cálculo e de recolhimento de tributos e a estruturação das demonstrações financeiras propriamente ditas. A Companhia mantém, sistematicamente, rotinas mensais de conciliação de saldos dos sistemas operacionais com o contábil.

b. as estruturas organizacionais envolvidas;

Setor Contábil: responde pela formatação das peças que compõem as demonstrações financeiras, pelo processo de conciliação de saldos;

Auditoria Independente: tem como responsabilidade expressar opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras às normas brasileiras e internacionais e aos preceitos contábeis vigentes e avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos;

Conselho Fiscal: adequação e aprovação das demonstrações financeiras;

Conselho de Administração: é a instância de aprovação das demonstrações financeiras.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;

No ano de 2016 a Companhia internalizou diversos processos adotando sistema de ERP para controle e gerenciamento do registro das demonstrações financeiras.

A Companhia está adequando seus processos de controle interno.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

No último exercício, no Relatório dos Auditores Independentes em relação às demonstrações financeiras da Instituição, foram constatadas eventuais deficiências significativas nos controles internos da Companhia.

e. comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Em razão do apontamento de deficiências no relatório dos auditores, os Diretores informaram que, a Companhia está adequando seus processos de controle interno para que as deficiências sejam corrigidas.

5.4 - Alterações significativas

Não houve alteração significativa nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou em sua política de gerenciamento de riscos no último exercício social.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes referentes ao item “5”.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	12/11/1953
Forma de Constituição do Emissor	Ações Ordinárias Nominativas
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	18/10/1996

6.3 - Breve histórico

Denominação e forma de atuação:

A Banrisul Armazéns Gerais S. A. é uma sociedade anônima, pertencente à administração pública indireta, de capital aberto (18/10/1996) e controle acionário (99,48%) do BANRISUL.

Histórico da instituição:

- 12/11/53 – Início das atividades, sob a denominação: “ARMAZÉNS GERAIS SUL RIOGRANDENSES, S.A.”, com sede social em Porto Alegre.
- A iniciativa foi do *Consórcio Brasileiro de Investimentos* que reuniu um grupo de empresários Riograndenses preocupados com o desenvolvimento do Estado.
- 16/01/61 - A empresa aumentou o Capital Social.
- 24/02/61 – BANRISUL adquiriu ações assumindo o controle acionário com 75% das ações.
- 06/05/61 - Passou a ser denominada Cia de Armazéns Gerais do RS – CAGERGS.
- 29/04/82 - Passou a denominar-se Banrisul Armazéns Gerais S.A., com transferência da sede para a cidade de Canoas/RS.
- 28/12/2001 – O BANRISUL adquiriu as ações da Fundação Banrisul de Seguridade Social passando a ser o acionista detentor de 99,48% das ações.

Histórico do Porto Seco Alfandegado

- Em 1974 passou a prestar serviço de *entreposto aduaneiro* (Ato Declaratório nº 7, 18/03/1974).
- Em 1977 obteve autorização para instalar um *Depósito Alfandegado Público* – DAP (AD nº. 28, de 26/09/1977).
- Em 06/03/1989, através do AD nº. 20, obteve permissão para operar no regime de *Depósito Alfandegado Certificado* – DAC.
- Em 1991 obteve autorização para operar regimes especiais no Porto de Rio Grande (não tem mais).
- Em 16 de outubro de 1991 (Ato Declaratório nº. 18) foi obtida permissão para instalação e administração, a título precário, das Estações Aduaneiras de Fronteiras em Uruguaiana, Santana do Livramento e Jaguarão, nos termos do contrato celebrado em 30/09/1991.
- Em 1993, a Secretaria da Receita Federal promoveu concorrência através do Edital SRF/10ª – RF nº. 01/93 para instalar e administrar a EAF/Uruguaiana.
- Em 14/09/1993, vencedora a BAGERGS, assinou contrato pelo prazo de 05(anos).
- Em 1998 foram renovados por mais 05(cinco) anos todas as concessões para operação dos regimes especiais concedidos pela Receita Federal, nas EADI – Canoas (AD nº. 60 de 22/05/1998) e nas EAF's Uruguaiana, Santana do Livramento e Jaguarão.
- Em 14/03/2003 por força da Concorrência nº.03/2002 SRF10ª – RF, encerraram-se as concessões em Jaguarão e Santana do Livramento.
- Em 24/09/2003 por força da Concorrência nº. 04/2002 SRF10ª – RF encerrou-se a concessão em Uruguaiana.
- Em 22/10/2004 foi assinado contrato, com prazo de permissão de 25 anos, fruto de processo licitatório -Concorrência Pública nº SRF/SRRF/10ª 04/2002

6.3 - Breve histórico

Atualmente, a Banrisul Armazéns Gerais S. A., é permissionária da União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal da 10ª Região Fiscal, para prestação de serviços público de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, conforme Contrato SRRF10 – Nº. 06/2004, celebrado em 24 de setembro de 2004 pelo prazo de 25 anos, renováveis por mais 10 anos.

PRINCIPAIS SERVIÇOS, PROCESSOS E EQUIPAMENTOS

Principais serviços da organização:

- prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco;
- locação ou arrendamento para terceiros de área de sua propriedade;
- armazém geral;
- digitalização e gerenciamento de documentos.

Processos principais no negócio:

- Recepção e Conferência;
- Descarga e recarga;
- Movimentação e Armazenagem;
- Locação / Arrendamento.

Processos de apoio:

- Filmagem (proteção de cargas);
- Unitização / desunitização de cargas;
- Fumigação de pallets;
- Pesagem de mercadorias;
- Transporte de carga do aeroporto até a BAGERGS;
- Serviços de despachos na Infraero;
- Vigilância / Seguro da mercadoria;

Principais equipamentos, instalações e tecnologias utilizadas.

- Pórtico para movimentação de contêineres (capacidade levante 36t);
- Área com controle térmico (climatização);
- Pátio para contêineres e caminhões;
- Portaria com sistema de câmeras de TV - monitoramento 24h;
- Balança eletrônica rodoviária (80t);
- Escritórios de apoio administrativo em cada armazém;
- Áreas específicas para produtos químicos, alimentícios, medicamentos, matérias-primas, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, materiais e equipamentos médico hospitalares e produtos para diagnóstico de uso "in vitro";
- Racks metálicos (capacidade de 1,5t cada) para verticalização e organização de espaço para armazenagem;
- Empilhadeiras;
- Aparelho de raio X (scanner);
- Vigilância armada 24 horas;
- Reach Stacker;

6.3 - Breve histórico

- Mesas Digitalizadoras.
- Sistema de contingência de energia;

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Empregados e colaboradores:

A força de trabalho é composta por 172 colaboradores, incluindo o quadro permanente de funcionários, estagiários e contratos terceirizados de prestação de serviços de manutenção, motorista e vigilância.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não existe pedido de falência até a presente data.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem comentadas no item “6”.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Principais serviços divulgados nas últimas demonstrações financeiras:

- prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco;
- locação ou arrendamento para terceiros de área de sua propriedade;
- armazém geral.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados;

- prestação de serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco e Armazém Geral;
- locação ou arrendamento de área de sua propriedade para terceiros.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

em milhares de reais

	2014	2015	2016
Receita da movimentação e armazenagem de mercadorias	18.250	18.674	12.810
Receita líquida	16.788	16.650	12.140
% de participação	108%	112%	105%

em milhares de reais

	2014	2015	2016
Receita de arrendamentos operacionais	1.929	1.822	2.008
Receita líquida	16.788	16.650	12.140
% de participação	11%	10%	16,5%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A empresa não aloca lucro dentre os segmentos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Processos principais na prestação de serviços:

- Recepção;
- Pesagem;
- Conferência;
- Descarga;
- Guarda e conservação;
- Carga.

A Companhia participa exclusivamente no mercado nacional, não enfrentando sazonalidade. Tem como principais características de competição sua marca forte no mercado, localização estratégica de acesso, tarifa competitiva e solidez da empresa.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Em milhares de reais

Cliente	2014	2015	2016
Banco do Estado do RGS	2.349	2.347	1.980

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Banco do Estado do RGS	Receita de locação ou arrendamento de área
------------------------	--

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Não existem efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades da Companhia.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

A empresa não obtém receitas relevantes em outros países que não o Brasil.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A empresa não obtém receitas relevantes em outros países que não o Brasil, portanto, não está sujeita a regulação estrangeira.

7.8 - Políticas socioambientais

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A divulgação das informações é realizada internamente através de informativos e palestras aos empregados e colaboradores.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Através da legislação vigente são elaborados e revisados regularmente os POPs (Procedimento Operacional Padrão), o PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos) bem como, a realização de instruções didáticas sobre assuntos pertinentes, periodicamente.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações são auditadas ou revisadas internamente pela empresa, através de uma equipe responsável pela Gestão Ambiental e Licenciamento na qual, a mesma realiza revisões junto a legislação vigente. As dúvidas e/ou inconformidades são resolvidas através de consulta aos órgãos competentes (FEPAM, Secretaria do Meio Ambiente).

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações.

Não dispomos de informações socioambientais em rede mundial de computadores, mas, disponibilizamos estas informações através de correio eletrônico e informativo.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes relacionadas ao item “7”.

8.1 - Negócios extraordinários

A empresa não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal de seus negócios.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A empresa não realizou alteração significativa na forma de condução de seus negócios.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não existem contratos relevantes celebrados pela companhia e suas controladas, não diretamente relacionadas com as atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes relacionadas ao item nº “8”.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização.

A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Composição:

Imobilizado	R\$ milhares		
	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Edificações e benfeitorias	7.564	7.795	8.109
Máquinas e equipamentos	1.636	1.841	2.018
Equipamentos-Empilhadeiras	2.748	2.621	2.485
Instalações	5.311	5.305	5.297
Total	17.259	17.562	17.909

Todo o ativo imobilizado da Companhia está localizado no município de Canoas.

b. ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando:

A empresa não possui bens do ativo intangível relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

c. as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar:

A empresa não possui participação em outras sociedades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Edificações e Benfeitorias	Brasil	RS	Canoas	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Canoas	Própria
Equipamentos Empilhadeiras	Brasil	RS	Canoas	Própria
Instalações	Brasil	RS	Canoas	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui bens do ativo não-circulante relevantes, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia e nome de domínio na rede mundial de computadores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A empresa não possui participação em outras sociedades.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes referente ao item “9”.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

	2016	2015		2016	2015
Ativo			Passivo		
Caixa e equivalentes de caixa	353	299	Fornecedores e outras contas a pagar	929	487
Aplicações financeiras	26.878	22.999	Empréstimos e financiamentos	654	754
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.543	2.917	Passivo fiscal corrente	394	696
Outros créditos	1.059	719	Outras obrigações	5.853	4.930
			Provisões	169	-
Total do ativo circulante	29.833	26.934	Total do passivo circulante	7.999	6.867
Ativo fiscal diferido	685	662	Empréstimos e financiamentos	1.379	2.362
Depósitos judiciais	1.008	984	Provisão para contingências	1.396	1.501
Outros créditos	199	145			
Total do realizável a longo prazo	1.892	1.791	Total do passivo não circulante	2.775	3.863
Investimentos	18	18	Patrimônio líquido		
Imobilizado	16.995	17.558	Capital social	34.100	34.100
Intangível	372	502	Reserva de capital	231	231
			Reservas de lucros	4.005	1.742
	17.385	18.078			
Total do ativo não circulante	19.277	19.869	Total do patrimônio líquido	38.336	36.073
Total do ativo	49.110	46.803	Total do passivo e do patrimônio líquido	49.110	46.803

As condições financeiras e patrimoniais são suficientes para atender as demandas e cumprir com as obrigações e metas estabelecidas. Com a finalidade de medir a sua capacidade financeira para pagar seus compromissos, a Companhia utiliza alguns índices de liquidez.

a) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – ILG

$$ILG = 2,94$$

Isso indica que, para cada real de dívidas totais (seja de curto ou longo prazo) com terceiros (passivo exigível), a empresa dispõe de R\$ 2,94 de bens e direitos de curto e longo prazo, (AC+RLPZ) para pagar.

b) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – ILC

$$ILC = 3,73$$

Isso indica que para cada real de dívida de curto prazo (Passivo Circulante), a empresa dispõe de R\$ 3,73 de bens e direitos de curto prazo (Ativo Circulante) para pagar, ou seja, se a empresa negociar todo o seu Ativo Circulante, para cada R\$ 3,73 que receber paga R\$ 1,00 e sobram R\$ 2,73 que poderão ser investidos na empresa.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**b) estrutura de capital**

A estrutura de capital da empresa é composta da seguinte forma:

Padrão de Financiamento de Operações	2016		2015		2014
Capital Próprio	38.336	78%	36.073	77%	34.639
Capital Terceiros	10774	22%	10.730	23%	10.328
Capital Total	49.110	100%	46.803	100%	44.967

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	2016	2015	2014
Caixa	29	14	7
Bancos conta corrente	324	285	884
Total	353	299	891

Aplicações financeiras

Descrição	2016	2015	2014
	26.87	22.99	20.25
Aplicação financeira	8	9	4

Os resultados apresentados demonstram que os recursos em caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras, fazem com que a nossa capacidade de pagamento seja suficiente para fazer frente aos nossos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os recursos são captados juntos ao BNDES (Finame) e Caixa Econômica Federal (Capital de Giro).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Juros	Vencimento	2016	2015	2014
Circulante					
FINAME	3% a.a.	15/04/2020	654	754	481
Capital de Giro – CEF	11,88% a.a.	15/01/2015			5
			654	754	486
Não Circulante					
FINAME	3% a.a.	15/04/2020	1.379	2.362	3.313
			1.379	2.362	3.313
			2.033	3.116	3.799

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A empresa pretende utilizar, para investimentos em ativos não circulantes no exercício de 2017, recursos próprios.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

	2014	2015	2016
Grau de Endividamento	29,82	29,75	28,10
Composição do Endividamento	58,75	64,00	74,24

Grau de Endividamento

Este índice representa o quanto a empresa tomou de capital de terceiros para cada R\$ 100 de capital próprio.

Isto quer dizer que a empresa tem um bom índice de solvência, porém com um custo de capital mais elevado.

Composição do Endividamento

A composição de endividamento demonstra o grau de comprometimento em curto prazo. Esse índice indica que empresa tinha 64,00% de suas dívidas vencíveis em curto prazo em 2015, este percentual aumentou para 74,24% em 2016, ou seja, para cada R\$ 1,00 (um real) devido, R\$ 0,74 (sessenta e quatro) tem que ser pago em curto prazo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

A Banrisul Armazéns Gerais possui financiamentos (FINAME) concedidos com recursos oriundos junto ao BNDES.

As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2016 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor nominal</u>
2017	654
2018	654
2019	517
2020	208
Total	2.033

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não foram apresentadas outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições..

Não existem restrições impostas ao emissor.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em milhares de reais

	Limite Contratado	Percentual já utilizado
Capital de Giro	R\$ 30	0%
Financiamento FINAME	R\$ 4.237	100%

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Não ocorreram alterações significativas nas demonstrações financeiras.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultado das operações do emissor, em especial:

a) resultado das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As principais receitas são obtidas a partir das tarifas praticadas e ajustadas pelo Contrato com a Receita Federal do Brasil (PORTO SECO), além das tarifas praticadas no regime de armazém geral, no gerenciamento eletrônico de documentos – GED e receitas de aluguel de armazéns. A receita com prestação de serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias a receber, ainda não faturadas, são calculadas com base em estimativas do valor das receitas das mercadorias a serem desembaraçadas.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2016 o resultado operacional foi afetado em decorrência da alienação de um imóvel localizado em Uruguaiana, em julho, pelo valor de R\$ 3.843, através de processo licitatório, Concorrência 003/2016.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>Variações</u>
Receita bruta:			
Serviços de armazenagem	14.818	20.496	-27,70

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Não ocorreu fato relevante no resultado operacional e financeiro referente ao impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais não refletidos nas demonstrações financeiras.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária não refletida nas demonstrações financeiras.

c) eventos ou operações não usuais

Em 2016 o resultado operacional foi afetado em decorrência da alienação de um imóvel localizado em Uruguaiana, em julho, pelo valor de R\$ 3.843, através de processo licitatório, Concorrência 003/2016.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em 2016.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações nas práticas contábeis que produzissem efeitos significativos em 2015.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não foram feitas ressalvas ou ênfases nos pareceres de nossos auditores.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Não foram adotadas políticas contábeis críticas em 2016.

Ao elaborar as demonstrações financeiras da Companhia foram consideradas estimativas sobre as vidas úteis dos bens registrados no ativo imobilizado, provisão para devedores por armazenagem, provisões necessárias para riscos trabalhistas, provisões para imposto de renda e outras similares.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

No último exercício, não houve nenhum item relevante não evidenciado nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

No último exercício, não houve nenhum item relevante não evidenciado nas demonstrações financeiras.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Para o ano de 2017, projeta-se investimentos para adequações e melhorias em infraestrutura, visando expandir a armazenagem de novas classes de produtos.

i. Fontes de financiamento dos investimentos:

Tendo em vista os investimentos em andamento e os previstos para 2017, a principal fonte de capital vem de seu fluxo de caixa.

ii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Até o momento, a empresa não tem previsão de para desinvestimentos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes e outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os ativos já divulgados que irão influenciar materialmente a capacidade produtiva da empresa foram: aquisição de equipamentos para o GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em andamento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos os serviços

Não houveram gastos com pesquisa divulgados até o momento.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

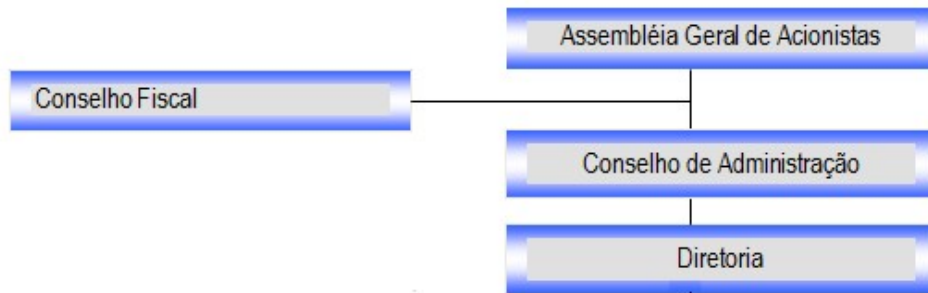
Não é prática da Companhia divulgar projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Conforme item 11.1 a Companhia não realiza acompanhamento e alterações de projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A administração da Companhia compete, conforme previsto no Estatuto Social ao Conselho de Administração e à Diretoria.



O Conselho de Administração, composto por 4 (quatro) membros será eleito ou reeleito, com mandato de 2 (dois) anos, pela Assembleia Geral que, a qualquer tempo pode destituí-los.

A Diretoria, composta por um Diretor Presidente e um Diretor Superintendente, eleitos ou reeleitos com mandato de 2 (dois) anos, pelo Conselho de Administração que lhes acompanhar a gestão, o qual, a qualquer tempo, poderá destituí-los. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço (1/3), poderão ser eleitos para a Diretoria. Os Diretores serão investidos em seus cargos independentemente de prestação de quaisquer garantias de gestão, mediante assinatura de termo lavrado no livro de atas de reuniões da Diretoria, exercendo validamente seus mandatos até a posse de seus substitutos.

a) Atribuições de cada órgão e comitê:

ASSEMBLEIA GERAL - As deliberações da Assembleia Geral obedecerão às disposições legais aplicáveis

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Compete ao Conselho de Administração:

- Fixar a orientação geral dos negócios da sociedade, bem como analisar e aprovar os planos de negócio anual e estratégico de longo prazo apresentados pela Diretoria;
- Eleger e destituir os Diretores da sociedade e fixar-lhes as atribuições;
- Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- Deliberar a convocação da Assembleia Geral quando julgar conveniente ou no caso de Art. 132 da Lei 6404 de 15 de dezembro de 1976;
- Manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- Autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias e obrigações de terceiros;
- Escolher e destituir os Auditores Independentes, se e quando julgar necessário;
- Estabelecer anualmente, o montante de auxílios e subvenções a ser distribuído pela diretoria, atendidas as disposições deste estatuto;
- Aprovar planos e orçamentos promocionais da sociedade;
- Organizar e modificar o regime interno do Conselho de Administração;
- Autorizar a instalação de escritórios e filiais em qualquer parte do Território Nacional, bem como nomeação de correspondentes, representantes e agentes no País e no Exterior; e
- estabelecer a remuneração dos administradores.

DIRETORIA – À Diretoria além das atribuições legais, compete:

- cumprir e fazer cumprir as disposições deste estatuto e executar as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- propor ao Conselho de Administração até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios e operações da Sociedade para o exercício anual seguinte;
- organizar o regulamento interno dos serviços e a tabela de tarifas e modificá-las quando conveniente;
- elaborar o relatório da Administração e as contas da Diretoria, submetendo-se ao Conselho de Administração;
- propor ao Conselho de Administração, planos e orçamentos promocionais da sociedade, quando conveniente;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- f) propor ao Conselho de Administração a instalação de escritórios e filiais em qualquer parte do Território Nacional, bem como a nomeação de correspondentes, representantes e agentes no País e no Exterior;
- g) representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- h) contratar, nomear e demitir empregados e prepostos da sociedade, inclusive arbitrar fianças para os Fiéis de Armazém;
- i) assinar termos de abertura e encerramento e rubricar os livros da Sociedade;
- j) assinar quaisquer atos, contratos, títulos e quaisquer documentos que envolvam responsabilidade direta ou indireta da sociedade, vedado expressamente aceites, emissões, fianças, concessões de garantias ou assunção de qualquer obrigação de favor ou de exclusivo interesse de terceiros;
- k) emitir cheques, movimentar contas correntes credoras ou devedoras, emitir, aceitar, avalizar, descontar e caucionar quaisquer títulos de crédito, receber quaisquer quantias devidas à sociedade, passar recibos e dar quitação, realizar operações bancárias, de crédito ou financiamento, a descoberto ou com garantia;
- l) emitir recibos e conhecimentos de depósito;
- m) constituir mandatários com poderes “ad negotia” especiais ou “ad judicia”, especificando nos instrumentos os poderes concedidos e o prazo de validade de mandato, que no caso de mandato judicial poderá ser por prazo indeterminado;
- n) Elaborar, revisar e propor anualmente, ao Conselho de Administração, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano estratégico de longo prazo com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os 5 (cinco) anos seguintes; e
- o) praticar todos os demais atos não enumerados acima, mas que por sua natureza devam estar compreendidos ou subentendidos como necessários à representação da sociedade ou seu regular funcionamento.

CONSELHO FISCAL - O Conselho Fiscal com funcionamento permanente terá as atribuições e poderes que a Lei lhes confere.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês:

Não se aplica, pois, o Conselho Fiscal tem funcionamento permanente.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

Não se aplica, pois, o emissor não possui mecanismos de avaliação de desempenho.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

DIRETOR PRESIDENTE: Compete ao Diretor Presidente, que será obrigatoriamente escolhido dentre os membros do Conselho de Administração:

- a) representar isoladamente a sociedade, em suas relações com terceiros, sem prejuízo ao disposto no artigo 19, parágrafo segundo, que se aplica aos demais Diretores;
- b) presidir as reuniões da Diretoria;
- c) usar o voto de qualidade, para dirimir situações de empate, na votação de assuntos submetidos à Diretoria;
- d) assinar privativamente os atos de alienação de imóveis e bens do ativo permanente, de constituição de ônus reais e de prestação de garantias desde que autorizados pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 14, letra “f” deste estatuto.

DIRETOR SUPERINTENDENTE: Compete ao Diretor-Superintendente, em conjunto com o Diretor-Presidente, a administração dos negócios da Empresa. Ao Diretor Superintendente é também atribuída a função de Diretor de Relações com Investidores, conforme determina o art. 5º da Instrução CVM nº 202 de 06.12.1993.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) prazos de convocação;

Os prazos de convocação das assembleias gerais obedecerão às disposições legais aplicáveis. Anualmente aos quatro (4) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma Assembleia Geral Ordinária com o objetivo de examinar as matérias referidas no Art. 132 da Lei de sociedades por ações. A Assembleia Geral será convocada extraordinariamente sempre que os negócios sociais o exigirem. A Empresa não adota nenhuma prática e política diferenciada, relativo aos procedimentos estipulados na legislação.

b) competências;

As competências da Assembleia Geral obedecerão às disposições legais aplicáveis. A Empresa não adota nenhuma prática e política diferenciada, relativo aos procedimentos estipulados na legislação.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise;

Endereço físico: Av. Getulio Vargas, nº 8201, bairro São Luis, cidade de Canoas/RS

Endereço eletrônico: www.bagers.com.br

d) identificação e administração de conflitos de interesses;

A empresa não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembléias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e) solicitações de procurações pela administração para o exercício do direito de voto;

A Empresa não adota este procedimento.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico;

A Empresa não adota este procedimento.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente a companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização.

A Empresa não adota este procedimento.

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim a distância ou de participação a distância.

A Empresa não adota este procedimento.

i) instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.

A Empresa não adota este procedimento.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

A Empresa não adota este procedimento.

k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

A empresa não possui outras informações necessárias à participação e ao exercício do direito de voto a distancia.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

- a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**

Foram realizadas 12 (doze) reuniões, todas ordinárias.

- b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Não existem.

- c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

A Empresa não adota regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não existe clausula compromissória inserida no Estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Zilmino Jacedir Tartari	25/11/1958	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2017	AGO 2019	2
308.612.920-49	Analista de Sistema	10 - Diretor Presidente / Superintendente	26/04/2017	Sim	0.00%
Diretor de Relação com Investidores					
Carlos Renato Vargas de Abreu	23/11/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2017	AGO 2019	2
295.318.880-00	Graduado em Ciências Sociais e Jurídicas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2017	Sim	100.00%
José Paulo de Almeida	28/02/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2017	AGO 2019	2
250.688.739-34	Tecnólogo em Administração Rural	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2017	Sim	100.00%
Júlio Francisco Gregory Brunet	17/07/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2017	AGO 2019	2
291.549.870-91	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	26/04/2017	Sim	100.00%
João Simioni	28/09/1954	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	26/04/2017	AGO 2019	2
216.688.760-00	Técnico Contábil	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	26/04/2017	Sim	100.00%
Diretor Presidente					
Ronei Xavier Janovik	01/01/1961	Conselho Fiscal	26/04/2017	AGO 2018	3
296.326.500-00	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	26/04/2017	Sim	100.00%
Jorge Irani da Silva	06/09/1955	Conselho Fiscal	26/04/2017	AGO 2018	3
217.750.360-49	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	26/04/2017	Sim	100.00%
Roberto Fantinel	16/05/1967	Conselho Fiscal	26/04/2017	AGO 2018	3
011.574.790-73	Sociólogo	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	26/04/2017	Sim	100.00%
Mário Luis Wunderlich dos Santos	02/11/1961	Conselho Fiscal	26/04/2017	AGO 2018	3

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
463.519.810-34	Engenheiro Civil	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	26/04/2017	Sim	0.00%
Claudio Antonio Pasa	26/10/1948	Conselho Fiscal	26/04/2017	AGO 2018	3
057.337.070-20	Bacharel em Direito	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	26/04/2017	Sim	0.00%
Arnildo Dutra de Miranda	30/01/1961	Conselho Fiscal	26/04/2017	AGO 2018	3
332.392.150-04	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	26/04/2017	Sim	0.00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Zilmino Jacedir Tartari - 308.612.920-49

Graduado em Gestão Imobiliária pela Ulbra e Pós-graduado com MBA em gestão Empresarial. É Analista de Sistemas de Informação desde 1981. Assessorou, durante 5 anos, as diretorias de informática da PROCERGS E BANRISUL; Exerceu funções de programador do Banrisul durante 10 anos, onde também foi Superintendente de Administração e Recursos Humanos, atuando nas áreas de planejamento, recrutamento, gestão e seleção; Foi Diretor técnico na Empresa de Tecnologia da Informação de Porto Alegre. Tem vasta experiência em tecnologia da informação, marketing e gestão de pessoas.

Carlos Renato Vargas de Abreu - 295.318.880-00

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Experiência Profissional: Assessor Superior na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul de 02/2015 até o presente momento; Assessor Técnico e Secretário Parlamentar Secretário Parlamentar Senado Federal – Gabinete do Senador Pedro Simon de 03/1992 a 02/2015; Assessor de Gabinete do Governador do Estado de 04/1987 a 01/1992; Assessor Equipe de elaboração do Plano de Governo do Governador Eleito do RS - Pedro Simon de 11/1986 a 03/1987; Escriturário na Companhia União de Seguros Gerais de 11/1979 a 04/1986; Escriturário no Instituto de Patologia/Porto Alegre de 09/1979 a 11/1979; Serviço Militar (Quartel General – Comando Militar da 3ª Região) de 05/1978 a 04/1979 e Estagiário no COSEP – Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) de 03/1976 a 05/1978.

José Paulo de Almeida - 250.688.739-34

Tecnólogo em Administração Rural pela Universidade de Passo Fundo – UPF; Especialização em Saúde Pública na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Experiência Profissional: Assessor Parlamentar do Gabinete do Deputado Federal Alceu Moreira de 02/2013 até o presente momento; Prefeito Municipal de Bom Jesus/RS de 01/2005 a 12/2012; Secretário Municipal da Saúde (Bom Jesus/RS) de 01/1998 a 12/2000; Vice Prefeito Municipal (Bom Jesus/RS) de 01/1997 a 12/2000 e Secretário Municipal da Agricultura (Bom Jesus/RS) de 01/1993 a 12/1995.

Júlio Francisco Gregory Brunet - 291.549.870-91

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Graduado em Engenharia Elétrica pela PUCRS e Mestrado em Economia – Desenvolvimento Regional pela PUCRS, também exerceu os cargos de: Analista Econômico no Banco Iochpe de Investimento; Economista na área de Finanças Públicas da Fundação de Economia e Estatística; Assessor da Presidência para Assuntos Econômicos na Corsan; Coordenador de Cooperação Internacional na Secretaria Especial para Assuntos Internacionais do RS, Auditor de Finanças Públicas e Agente Fiscal do Tesouro do Estado na Secretaria da Fazenda do RS; Técnico em Planejamento na Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado. Funcionário concursado para os cargos de Técnico em Planejamento da Secretaria de Coordenação e Planejamento e de Agente Fiscal do Tesouro Estadual.

João Simioni - 216.688.760-00

Técnico em Contabilidade com formação profissional no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.(período de 1974 a 2009), onde exerceu os cargos de: Superintendente Executivo, de 1998 a 2009; Chefe de Divisão; Gerente Geral, Gerente Adjunto; Supervisor de Serviços, Conferente; Escriturário e Auxiliar de Escrita. Participou ativamente de grandes projetos no Banrisul entre eles a reestruturação do modelo de gestão através da padronização e implantação de processos organizacionais, operacionais, administrativos e de atendimento.

Ronei Xavier Janovik - 296.326.500-00

Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu – Porto Alegre, em 1989, pós-graduado em Perícia e Arbitragem pela Faculdade Riograndense – FARGS, em 2004, pós-graduação em andamento – MBE – em Controladoria, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Foi Auditor Assistente da Diehl, Biedermann, Bordasch S/C Auditores, de 1987 a 1989; Auditor Assistente da Biedermann, Bordasch, Ernst & Whinney S/C Auditores, de 1989 a 1990; Auditor Interno da Ecobras – Empresa Construtora Brasileira Ltda., em 1990; Auditor Sênior da Ernst & Young, Biedermann, Bordasch, Sotec S/C Auditores, em 1990; Auditor Sênior da Biedermann, Bordasch Auditores S/C, de 1991 a 1992; Encarregado e Gerente de Auditoria da Arthur Andersen S/C, de 1992 a 2001; Sócio da Bordasch Auditores Associados, de 2001 a 2002; Sócio da Spinelli Contabilidade e Consultoria Ltda., de 2003 a 2004; Sócio da DRS Auditores, de 2003 a 2006; Professor das disciplinas de Auditoria Empresarial e Auditoria Operacional e de Gestão Empresarial na Faculdade Riograndense – FARGS, de 1997 a 2010; Sócio da Imer Puerari & Cia. Auditores, desde 2004; Sócio da Fioravanti, Puerari & Cia. Auditores e Consultores, desde 2008; Sócio da Moore Stephens Jarbas Lima, Fioravanti, Puerari Auditores & Consultores, desde 2009 e Sócio da Baker Tilly Brasil Auditores e Consultores; Conselheiro Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, de 2008 a 2010. Atua também como professor Universitário na Pontifícia Universidade Católica do RS e membro do Instituto de Auditores Independentes do IBRACON e do Comitê de Educação Profissional Continuada – CPEC, no Conselho Federal de Contabilidade CFC.

Jorge Irani da Silva - 217.750.360-49

Graduado em Ciências Contábeis, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS em 2009; Pós-graduado em Governança Corporativa e Gestão de Riscos Pontifícia na Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUCRS em 2012. Atuou como Superintendente Executivo no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, de 1974 a 2014 e Contínuo na Cia Internacional de Capitalização, de 1971 a 1974.

Roberto Fantinel - 011.574.790-73

Bacharelado em Ciências Sociais, Técnico em Agropecuária e Graduando em Sociologia Licenciatura. Experiência Profissional: Coordenador da Saúde na Prefeitura Municipal de Dona Francisca, de 2006 a 2007; Secretário da Saúde na Prefeitura Municipal de Dona Francisca em 2007; Vereador na Camara Municipal de Vereadores de Dona Francisca, de 2008 a 2011 e Assessor Parlamentar na Camara de Deputados de 2012 a 2015.

Mário Luis Wunderlich dos Santos - 463.519.810-34

Engenheiro Civil. Fiscal de Tributos Estaduais; Chefe da Seção de Trânsito de Mercadorias e exerceu as funções de Supervisor de Turmas Volantes e Chefe da Seção de Fiscalização e Orientação da Divisão de Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, do Departamento da Receita Pública da SF/RS.

Claudio Antonio Pasa - 057.337.070-20

Bacharel em Direito, na Universidade de Caxias do Sul/RS em 2014. Experiência Profissional: Secretário Municipal da Agricultura na Prefeitura de Farroupilha/RS, de 1983 a 1989; Gerente de Negócios na Prefeitura de Farroupilha/RS; Diretor Geral da Associação Farroupilha Pró Saúde, de 2001 a 2009; Secretário da Habitação na Prefeitura de Farroupilha/RS, de 2009 a 2012.

Arnildo Dutra de Miranda - 332.392.150-04

Graduado em Direito na Universidade de Caxias do Sul/RS; Pós Graduado em Direito do Estado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pós Graduado em Direito Tributário na Fundação Getúlio Vargas e formado no Curso de Oficiais da Brigada Militar (equivalente a Curso Superior). Experiência Profissional: Atuou no Comando de Unidades da Brigada Militar do Rio Grande do Sul; Assessor Militar do Presidente da Assembleia Legislativa do RS; Assessor Jurídico da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do RS; Subchefe Administrativo da Casa Militar do Gabinete do Governador. Atua como Advogado desde 2007.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A empresa não possui: comitê estatutário, de risco, financeiro e de remuneração. A partir da AGOE de 26.04.2017 a empresa sujeitar-seá ao Comitê de Auditoria e ao Cômite de Remuneração do acionista controlador, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., para assegurar estrita observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a) administradores do emissor;
- b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
- c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2016			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Julio Francisco Gregory Brunet	291.549.870-91	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	92.702.067/0001-96		
Diretor de Planejamento e Atendimento			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não aplicável dado que o emissor não dispõe de nenhum acordo, inclusive apólice de seguro que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

A empresa adota as diretrizes estabelecidas pelo Controlador.

12.13 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “12”.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

O montante global da remuneração dos Administradores é fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização da verba remuneratória e o rateio entre os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

Os membros da Diretoria que compõe o Conselho de Administração, não acumularão as vantagens remuneratórias de cada uma das funções, cabendo apenas a remuneração mensal de Diretor; terão direito a Participação sobre os Lucros e Resultados – PLR, e demais benefícios conforme definidos pelo Conselho de Administração ouvido o Comitê de Remuneração, como também terão direito anualmente ao gozo de um período de 30 dias de férias, consecutivos ou não.

Para os membros do Conselho Fiscal em exercício, a remuneração individual mensal é fixada pela Assembleia Geral Ordinária.

b. Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: Montante global fixada pela Assembleia e remuneração mensal fixa, estabelecida pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal: Remuneração fixa, estabelecida pela Assembleia Geral.

Diretoria: É composta por parcelas fixas de honorários e verba de representação, conforme diretrizes do Controlador.

(ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Conselho de Administração: Remuneração fixa - 100%.

Conselho Fiscal: Remuneração fixa – 100%

Diretoria: É composta por parcelas fixas de honorários 50% e verba de representação 50%.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conforme diretrizes do Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

Não se aplica em razão da remuneração ser fixa, sem indicador vinculado.

(v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Os membros do Conselho de Administração que integram a Diretoria recebem apenas a remuneração atribuída aos ocupantes de cargos nestes órgãos e não aquela atribuída aos membros do Conselho de Administração.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há remuneração variável, mas somente remuneração fixa, sem indicador vinculado.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo.

Esta política ou prática de remuneração se alinha as diretrizes definida pelo Controlador.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	6,00	12,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	3,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	76.800,00	357.500,00	90.720,00	525.020,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	10.190,41	0,00	10.190,41
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	76.800,00	367.690,41	90.720,00	535.210,41

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	6,00	12,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	3,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	68.982,58	309.892,52	88.945,86	467.820,96
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	11.057,43	0,00	11.057,43
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	68.982,58	320.947,95	88.945,86	478.876,39

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	2,00	3,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	61.134,64	247.711,46	81.071,78	389.917,88
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	7.371,62	0,00	7.371,62
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	61.134,64	255.083,08	81.071,78	397.289,50

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	2,00	3,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	55.015,00	217.646,00	72.726,00	345.387,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	55.015,00	217.646,00	72.726,00	345.387,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração Variável – Participação nos Lucros e Resultados				
	Prevista 2017	2016	2015	2014
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria	R\$ 10.190,41	R\$11.057,43	R\$ 7.371,60	R\$ 0
Conselho Fiscal	-	-	-	-
TOTAL	R\$ 10.190,41	R\$11.057,43	R\$ 7.371,60	R\$ 0

Número Total de Membros/Números de Membros Remunerados				
	Prevista 2017	2016	2015	2014
Conselho de Administração	04/00	04/00	04/00	04/00
Diretoria	02/01	02/01	02/01	02/00
Conselho Fiscal	03/00	03/00	03/00	03/00
TOTAL				

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não se aplica. Não possuímos um plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável. A empresa não possui um plano de remuneração baseado em ações.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável. A empresa não possui opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável. A empresa não possui um plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a

13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável. A empresa não possui um plano de remuneração baseado em ações, conforme mencionado nos itens 13.5 a 13.7.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Acionista	CPF	Nacionalidade	<u>Quant. Ações</u> 700.000	Percentual
JULIO FRANCISCO GREGORY	291.549.870-91	Brasileira	1	0,000001429
JOÃO SIMIONI	216.688.760-00	Brasileira	1	0,000001429
CARLOS RENATO VARGAS DE ABREU	295.318.880-00	Brasileira	1	0,000001429
JOSÉ PAULO DE ALMEIDA	250.688.739-34	Brasileira	1	0,000001429

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável. A empresa não possui planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	4,00	2,00	2,00	6,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	19.800,00	15.498,36	8.944,53	3.200,00	3.182,33	2.549,19	2.630,23	2.893,03	1.911,89
Valor da menor remuneração(Reais)	6.974,27	6.974,27	8.050,06	2.775,60	2.379,24	2.371,34	2.169,77	1.784,43	1.778,50
Valor médio da remuneração(Reais)	12.912,10	10.321,31	4.125,92	2.874,27	2.547,27	4.589,59	2.470,72	2.251,99	6.060,49

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2015	Valor referente a parcelas fixas mensais.
31/12/2014	Valor referente a parcelas mensais fixas.

Conselho de Administração	
31/12/2015	Valor referente a parcelas mensais fixas.
31/12/2014	Valor referente a parcelas mensais fixas.

Conselho Fiscal	
31/12/2015	Valor referente a parcelas fixas mensais.
31/12/2014	Valor referente a parcelas mensais fixas.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável. Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não houve remuneração para os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável. Não existem valores reconhecidos no resultado do Controlador como sendo a remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal.

13.16 - Outras informações relevantes

A Companhia não possui outras informações que julga relevantes conforme item “13”.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a .número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

		2016	2015	2014
C A N O A S R S	ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA	02	02	02
	ADMINISTRAÇÃO GERÊNCIA	02	03	04
	APOIO ADMINISTRATIVO	53	38	57
	APOIO OPERACIONAL	65	69	63

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

		2016	2015	2014
C A N O A S R S	MANUTENÇÃO E LIMPEZA	19	28	24
	SEGURANÇA	27	25	24
	TELEFONIA	00	00	02
	MOTORISTAS	00	03	04

c. índice de rotatividade

2016	2015	2014
0.021	21.10	57.17

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não ocorreram alterações relevantes com relação ao número de empregados, terceirizados e da localização geográfica.

O índice de rotatividade diminui, consideravelmente, em razão da substituição de empregados temporários por concursados.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A empresa segue a política salarial negociada, anualmente, com data base em maio, pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais do Estado do Rio Grande do Sul – SAGERS, através de Convenção Coletiva.

A empresa tem política de remuneração variável através do pagamento de Participação nos Lucros e Resultados.

b. Política de benefícios

Os empregados da empresa recebem os seguintes benefícios: plano de assistência médica e odontológica, auxílio-refeição, auxílio-cesta alimentação, auxílio-creche/babá, vale transporte, seguro de vida em grupo e auxílio escola.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

Não há planos de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Nossos funcionários, sendo 13 sindicalizados, são representados pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais do Estado do Rio Grande do Sul –SAGERS, sendo que, a cada ano, com data base em maio, o reajuste dos salários, pagos aos empregados, são objeto de negociação. A relação entre a Empresa e o Sindicato é conciliatória. Não houve greve ou paralisação nos 3 últimos exercícios sociais.

14.5 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes referentes ao item “14”.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A					
92.702.067/0001-96	Brasileira-RS	Não	Sim	24/02/1961	
Não					
696.000	99,500000%	0	0,000000%	696.000	99,500000%
OUTROS					
4.000	0,500000%	0	0,000000%	4.000	0,500000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
700.000	100,000000%	0	0,000000%	700.000	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A				92.702.067/0001-96	
OUTROS					
696.000	100,000000	0	0,000000	696.000	100,000000
TOTAL					
696.000	100,000000	0	0,000000	696.000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	26/04/2017
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	224
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	46
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1

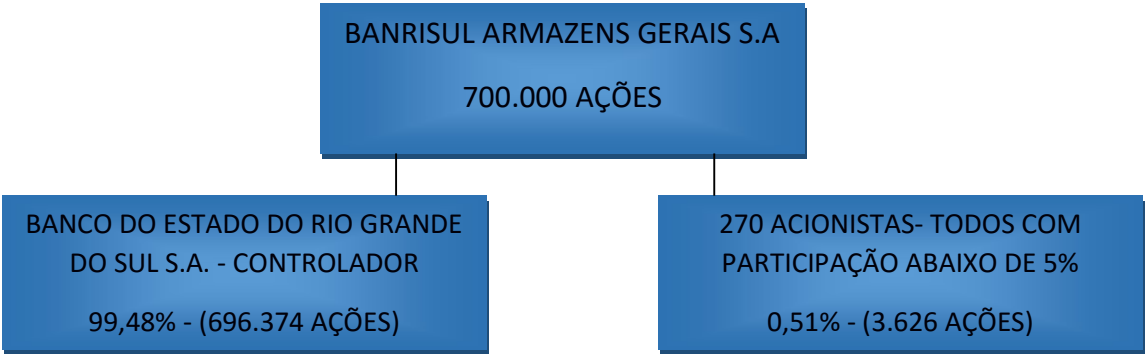
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Organograma dos acionistas da Companhia.



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da empresa.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houveram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

15.7 - Principais operações societárias

Não ocorreram operações societárias no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor.

15.8 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes referentes ao item “15”.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC (1) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A.

(1) No Estado do Rio Grande do Sul, parte do Ativo Financeiro é administrado mediante o Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado, conhecido como SIAC. O Decreto n.º 33.959, de 31.05.91, que instituiu esse sistema, determinou que as disponibilidades dos órgãos da Administração Direta e das Entidades da Administração Indireta do Estado e suas controladas fossem centralizadas em conta bancária única do Governo do Estado.

Em relação ao acionista controlador – Banco do Estado do Rio Grande do Sul, os serviços são prestados na forma estabelecida no Convênio Operacional de Serviços.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	31/12/2016	477.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Direto						
Objeto contrato	Depósito Bancário e Aplicações						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	31/12/2016	2.884.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Indireto						
Objeto contrato	Rendimento sobre Aplicação Financeira - SIAC						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Banrisul Carões S/A	31/12/2016	620.000,00	Não se aplica	Não se aplica	60 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul						
Objeto contrato	Contratação de serviços de cartão de vale alimentação e refeição.						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Conforme art. 79 da lei federal 8.666/93						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	31/12/2016	3.157.000,00	Não se aplica	Não se aplica	60 Meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Direto						
Objeto contrato	Locação Comercial						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Aviso prévio de 30 dias, conforme art. 2º da lei 8.245/91.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	31/12/2016	4.684.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Direto						
Objeto contrato	Convênio Operacional						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.**

A Companhia adota práticas recomendadas por legislação e regulamentação para evitar e tratar conflitos de interesses.

Na contratação de locações, bem como, nas renovações, são realizados laudos de avaliação por técnicos contratados para esse fim.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado.

As operações da Companhia realizadas com partes relacionadas seguem práticas de mercado adotadas para o mesmo tipo de contrato entre empresas não relacionadas, não ocasionando qualquer benefício ou prejuízo para qualquer das partes relacionadas.

16.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes referentes ao item “16”.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
26/04/2017	37.700.000,00		700.000	0	700.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/04/2016	35.500.000,00		700.000	0	700.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/04/2015	34.100.000,00		700.000	0	700.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
16/04/2014	31.550.000,00		700.000	0	700.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
16/04/2014	AGOE	01/01/0001	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/04/2015	AGOE	01/01/0001	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/04/2016	AGOE	01/01/0001	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
26/04/2017	AGOE	01/01/0001	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não realizou desdobramentos, grupamentos e bonificações.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não reduziu seu capital social.

17.5 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações com relação a este item “17”.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Os dividendos são distribuídos anualmente
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica
Outras características relevantes	Não há informações relevantes a serem apresentadas quanto a este quesito.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não se aplica, pois conforme Art.7º as ações da sociedade terão a forma ordinária nominativa e cada uma delas, sem limitação correspondendo um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções ou cláusulas suspensivas previstas no estatuto relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realiza negociação em bolsa.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia não são negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros incluindo controlador relativo a valores mobiliários.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não ocorreram ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros incluindo controlador relativo a valores mobiliários.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não ocorreram ofertas públicas de aquisição efetuadas pela Companhia, relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “18”.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui plano de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não existem outras informações relevantes sobre este item “19”.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui política de negociação de valores mobiliários.

20.2 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que julgamos relevantes com relação a este item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Caberá ao Diretor de Relações com os Investidores receber dos interessados, por escrito, comunicação dos atos ou fatos relevantes e promover sua divulgação. Os administradores ou o Acionista Controlador poderão deixar de divulgar os atos ou fatos relevantes, se tal divulgação colocar em risco os interesses da Companhia.

Exceto pela Política de Divulgação descrita no item 21.2, a Empresa não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

1. OBJETIVO

A Política tem por objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados na divulgação de ato ou fato relevante atendendo as determinações das Instruções CVM nº 358 de 03 de janeiro de 2002 e nº 547 de 05 de fevereiro de 2014. Foi atualizada e aprovada, em reunião do Conselho de Administração do Banrisul Armazéns Gerais S.A, no dia 14/02/2014.

2. ABRANGÊNCIA

A presente Política deverá ser observada pelos Acionistas Controladores, Diretores, Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

3. DEFINIÇÕES

Acionistas Controladores: Aqueles como tal definidos no art. 116 da Lei 6404, de 1976, e alterações posteriores.

Atos os Fatos Relevantes: Qualquer decisão de Acionistas Controladores, deliberação da Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que possa influenciar de modo ponderável:

- a. na cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciados;
- b. na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;
- c. na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia ou a eles referenciados.

Mercado: Local público de negociação, entre os investidores, diretamente ou através de intermediários, dos Valores Mobiliários de emissão de companhias abertas.

Valores Mobiliários: As ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos de direitos de subscrição, notas comerciais de emissão da Companhia, certificados de depósitos desses Valores Mobiliários e contratos futuros e de opções e outros derivativos referenciados a quaisquer destes Valores Mobiliários, em negociação no Mercado.

3 – DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS:

- Acionistas Controladores;
 - Diretores;
 - Membros do Conselho de Administração;
 - Membros do Conselho Fiscal.
-
- Levar ao conhecimento do Diretor de Relações com os Investidores qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da empresa, que promoverá sua divulgação. Na omissão do Diretor de Relações com os Investidores, qualquer interessado poderá promover sua divulgação, observado as responsabilidades legais aplicáveis.
 - Deixar de divulgar os atos ou fatos relevantes, se tal divulgação colocar em risco os interesses da empresa. Tal deliberação deve ser adotada pela maioria dos administradores, ou isoladamente pelo Acionista Controlador, responsabilizando-se pela decisão.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos

relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- Devem guardar sigilo das informações relevantes que possuam, até serem divulgadas, devendo zelar para que subordinados e terceiros de confiança também o façam, sob pena de responderem solidariamente pelo descumprimento.

- Todos os Diretores, membros do Conselho de Administração e de quaisquer outros órgãos devem enviar à CVM, à Companhia e Bolsa de Valores as informações sobre a quantidade de valores mobiliários e das sociedades controladas ou controladores de que sejam titulares.

4. DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

- Cumpre ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar a CVM e, se for o caso, aos órgãos reguladores e auto-reguladores qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da empresa, bem como zelar pela ampla, simultânea e imediata disseminação do Ato ou Fato Relevante ao Mercado;
- A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser feita através de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados pela empresa, podendo o anúncio conter a descrição resumida do Ato ou Fato Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa do Ato ou Fato Relevante;
- Caso os Acionistas Controladores, Diretores, Membros do Conselho de Administração e Membros do Conselho Fiscal tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e constatem omissão por parte do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de algum dever de comunicação e divulgação somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.
- Excepcionalmente, os atos ou fatos relevantes podem deixar de ser divulgados se os acionistas, controladores ou os administradores entenderem que sua divulgação porá em risco interesse legítimo da empresa.
- Na hipótese da informação escapar ao controle os administradores e acionistas controladores, ficam obrigados a, diretamente ou através do Diretor de relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.
- O Diretor de Relações com os Investidores deverá manter os administradores informados sobre quaisquer assuntos relativos as políticas de informação e ficar disponível para esclarecimentos pessoais, verbais e por escrito, visando solucionar quaisquer dúvidas de qualquer interessado no assunto.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

- Acionistas Controladores;
 - Diretores;
 - Membros do Conselho de Administração;
 - Membros do Conselho Fiscal.
-
- Levar ao conhecimento do Diretor de Relações com os Investidores qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da empresa, que promoverá sua divulgação. Na omissão do Diretor de Relações com os Investidores, qualquer interessado poderá promover sua divulgação, observado as responsabilidades legais aplicáveis.
 - Deixar de divulgar os atos ou fatos relevantes, se tal divulgação colocar em risco os interesses da empresa. Tal deliberação deve ser adotada pela maioria dos administradores, ou isoladamente pelo Acionista Controlador, responsabilizando-se pela decisão.
 - Devem guardar sigilo das informações relevantes que possuam, até serem divulgadas, devendo zelar para que subordinados e terceiros de confiança também o façam, sob pena de responderem solidariamente pelo descumprimento.
 - Todos os Diretores, membros do Conselho de Administração e de quaisquer outros órgãos devem enviar à CVM, à Companhia e Bolsa de Valores as informações sobre a quantidade de valores mobiliários e das sociedades controladas ou controladores de que sejam titulares.

21.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes do item 21.